Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministério do Turismo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade



Relatório Nacional de Implementação das

TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente
Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente
Geraldo Alckmin

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Ministro
João Paulo Ribeiro Capobianco

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretária-Executiva
Anna Flávia de Senna Franco

SECRETARIA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE, FLORESTAS E DIREITOS ANIMAIS

Secretária
Rita de Cássia Mesquita

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

Diretor
Braulio Ferreira de Souza

DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Diretor
Bernardo Issa de Souza

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO, DEFESA E DIREITOS ANIMAIS

Diretora
Vanessa Negrini

DEPARTAMENTO DE FLORESTAS

Diretor
Tiago Belote Silva

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro
Gustavo Costa Feliciano

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretária-Executiva
Fernanda Câmara Norat

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO

Secretário
Augusto Lira Rocha

DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO, INTELIGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Diretora
Fabiana de Melo Oliveira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Presidente
Mauro Pires de Oliveira

DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Diretora
Iara Vasco Ferreira

COORDENAÇÃO-GERAL DE USO PÚBLICO E SERVIÇOS AMBIENTAIS

Coordenadora-Geral
Carla Cristina de Castro Guaitanele

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério do Turismo
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Relatório Nacional de Implementação das TRILHAS DE LONGO CURSO E CONECTIVIDADE

Brasília, DF
MMA
2026

© 2026 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original:

https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/biodiversidade-e-biomas/rede-trilhas.pdf

ORGANIZAÇÃO E AUTORIA

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima Departamento de Áreas Protegidas
Samuel Fernando Schwaida
William Ferreira de Lima
Pedro de Castro da Cunha e Menezes
Bernardo Issa de Souza
Camila Schluter Vasconcelos
Jader Alves de Oliveira
Amanda Jevaux da Silva de Sousa

MINISTÉRIO DO TURISMO

Departamento de Ordenamento, Inteligência e Desenvolvimento do Turismo
Fabiana de Melo Oliveira
Laísa Morais Alcântara

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Coordenação-Geral de Uso Público e Serviços Ambientais
Carla Guaitanele
Sônia Maria Sfair Kinker
Paulo Eduardo Faria
Daniel Castro Corrêa

EQUIPE GEF ÁREAS PRIVADAS

Coordenadora Técnica
Mayne Moreira

Coordenadora de Monitoramento
Márcia Coura

Coordenadora de Comunicação
Karoline Diniz

Assistente de Comunicação
Maria Seabra

Designer Gráfico
Evelynne Gubert e Nahira Salgado

Gerente administrativa de Projeto
Mariana Gogola

Analista administrativa de Projeto
Flávia Porto

EQUIPE PROJETOS SBIO/MMA

Supervisor de Projeto
Caê Marinello

Gerente de Projetos
Myrian Sá Leitão Barboza

Chefe de Projeto
Tiago Thomasi Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823r Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Relatório nacional de implementação das trilhas de longo curso e conectividade [recurso eletrônico].
Brasília, DF : MMA, 2026. 53 p. il. color.

Modo acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7738-618-5 (online)

1. Trilha. 2. Política pública. 3. Conservação da natureza.
4. Aspecto socioambiental. 5. Relatório. I. Título.

CDU 502.4(81)

Ibama
Biblioteca Nacional do Meio Ambiente
Thaís da Silva Rodrigues – CRB1/3688



TRILHA TRANSCARIOCA
Rio de Janeiro
Crédito: Victor Almeida

LISTA DE FIGURAS

10 **Figura 1** RedeTrilhas em números
13 **Figura 2** RedeTrilhas está em todos os biomas
14 **Figura 3** Investimentos e capacitações
15 **Figura 4** Curso Ecologia de Paisagens
20 **Figura 5** Nova categoria no Prêmio Nacional do Turismo
22 **Figura 6** Acordos de Cooperação em prol da RedeTrilhas
25 **Figura 7** RedeTrilhas nos Estados e Municípios
51 **Figura 8** Trilhas em Processo de Adesão à RedeTrilhas

LISTA DE FOTOS

1 Trilha Transcarioca – Victor Almeida
4 Caminho da Fé – Erasmo Ballot
6 Parque Nacional de Sete Cidades – PI - ICMBio
8 Trilha Transmantiqueira – Samuel F. Schwaida
9 Portais de Hércules – Fábio Magrão
12 Travessia São Jorge – Luana Santa Brígida
16 Caminhos da Ibiapaba – Thiago Beraldo
17 Trilha Transcarioca (RJ) - Victor Gustavo
18 Caminhos da Ibiapaba – João Luiz / MTur
20 Caminho dos Veadeiros, São Jorge-Capela, Goiás – Luana Santa
21 Caminho do Recôncavo da Guanabara, Rio de Janeiro - Katie Weintraub
23 Parque Nacional de Aparados da Serra Samuel F. Schwaida
24 Caminho de Santana – Raquel Monteiro
26 Trilhas dos Canyons – Enio Winkler
26 Caminhos da Baleia Franca – Cristiane Bossoni
26 Caminho de Cora Coralina – Nicélio Filho
26 Trilha Transcarioca – Victor Almeida
27 Trilha Transcarioca – Luciana Nogueira
29 Trilha Sucupira – Edgar Fagundes
30 Caminhos da Serra do Mar – Fábio Magrão
31 Trilha Nacional Transmantiqueira – Luiz Aragão
32 Trilha dos Canyons – Luiza Barison
33 Rota dos Pioneiros – Erick Xavier
34 Trilha Amazônia Atlântica – Thiago Dias
35 Caminho da Fé - Erasmo Ballot
36 Caminho dos Veadeiros – Júlio Itacaramby
37 Caminhos de Trajano de Moraes – Setur
38 Caminhos do Xixá – Márcio Bittencourt
39 Trilha Cipó-Jabó – SEGOV/Jaboticatubas
40 Caminho Saint-Hilaire – Luciano Amador
41 Caminho do Recôncavo da Guanabara Katie Weintraub
42 Caminhos da Baleia Franca – Cristiane Bossoni
43 Trilha Nacional Transespinhaço André Debert
44 Caminhos da Ibiapaba – Thiago Beraldo
45 Volta da Ilha Grande – Tarcísio Cunha
46 Trilha Verde da Maria Fumaça - Alex Mendes Santos
47 Trilha Brigadeiro-Caparaó Caminhantes do Caparaó
48 Caminho de Santana – João Lino
49 Parque Nacional de Sete Cidades
50 Caminhos de Trajano de Moraes Setur/Trajano de Moraes
52 Caminhantes do Caparaó

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ABETA – Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura

ANSEDITUR – Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo

ARBTLC – Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso

ASL – Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia

CBME – Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada

CONECTA – Programa Nacional de Conectividade de Paisagens

Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

FORNATUR – Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FSNUC – Fórum Permanente de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Funbio – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF – Global Environment Facility

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MTur – Ministério do Turismo

Pró-Espécies – Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção

RedeTrilhas – Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade

SBio – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

PAN – Plano de Ação Nacional

PAT – Plano de Ação Territorial

UC – Unidade de Conservação

WCPA – Comissão Mundial de Áreas Protegidas

ESEC – Estação Ecológica

REBIO – Reserva Biológica

PARNA – Parque Nacional

MONA – Monumento Natural

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

FLONA – Floresta Nacional

RESEX – Reserva Extrativista

REFAU – Reserva de Fauna

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

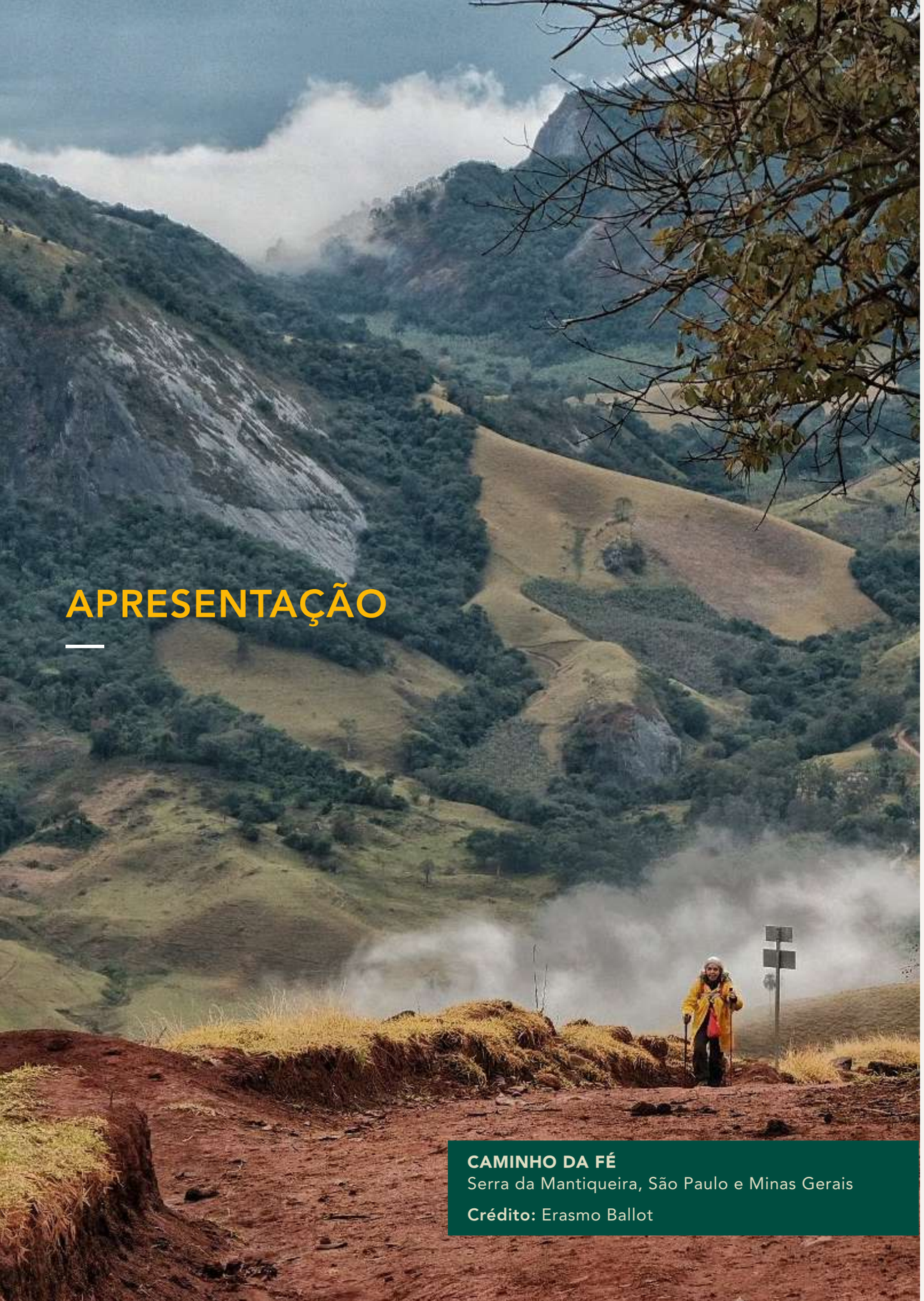
FLOE – Floresta Estadual

PNM – Parque Natural Municipal

PE – Parque Estadual

APAM – Área de Proteção Ambiental Municipal

APRESENTAÇÃO



CAMINHO DA FÉ
Serra da Mantiqueira, São Paulo e Minas Gerais

Crédito: Erasmo Ballot

No ano de 2025, a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas completou sete anos de existência como política pública. Embora instituída oficialmente por meio da Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 407, de 19 de outubro de 2018 e posteriormente regulamentada pela Portaria Conjunta MMA/MTur/ICMBio nº 500, de 15 de setembro de 2020, sua origem antecede sua institucionalização. Trata-se de uma iniciativa peculiar e pioneira, construída "de baixo para cima", com forte envolvimento da sociedade através do voluntariado, tendo como embrião o movimento que resultou na implementação da Trilha Transcarioca, no Rio de Janeiro, experiência que introduziu no país, ainda na década de 1990, o conceito de trilhas de longo curso como ferramenta de conservação e, em 2012, a sinalização usando pegadas pretas e amarelas que se tornaria a marca e padrão de sinalização da RedeTrilhas em todo o Brasil.

A sinalização padronizada é um eixo estruturante da política pública: gera coesão e valor institucional à política pública, amplia a visibilidade dos destinos integrados e possibilita o reconhecimento imediato junto ao público, investidores e operadores turísticos. Ao consolidar uma identidade visual unificada, posiciona o Brasil de forma competitiva no mercado internacional de trilhas de longo curso, à semelhança das grandes rotas e sistemas de trilhas reconhecidos mundialmente.

Sob liderança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as trilhas de longo curso sinalizadas com pegadas pretas e amarelas passaram a ser divulgadas em todo o território nacional e a integrar o Programa Nacional de Conectividade de Paisagens-CONECTA. Posteriormente, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Ministério do Turismo (MTur), consolida-se uma política que busca aproximar a sociedade da natureza, conectar e preservar Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombolas, comunidades tradicionais e outros fragmentos naturais relevantes em todos os ecossistemas e paisagens naturais do país, e ampliar e diversificar a oferta turística brasileira.

As trilhas de longo curso oferecem oportunidade única de vivenciar a biodiversidade em florestas, montanhas, praias e planícies brasileiras. Como política pública, a RedeTrilhas nasceu com missão tripla: ser ferramenta de conservação; estrutura de recreação e contato com a natureza; e vetor da geração de emprego e renda para populações dentro e fora das áreas protegidas.

Na condição de coordenadores da política pública, MMA, MTur e ICMBio apresentam a segunda edição do Relatório Nacional de Implementação das Trilhas de Longo Curso e Conectividade. Compreendendo o período de 2022 a junho de 2026, o relatório reúne informações como o panorama geral da política pública, as ações e iniciativas realizadas pelos órgãos coordenadores e dados das trilhas que integram oficialmente a RedeTrilhas.

Esta publicação fornece à sociedade uma síntese do estágio de desenvolvimento da política pública, destacando resultados, tendências e marcos alcançados no período, reforçando o potencial das trilhas como infraestrutura estratégica para a conservação e desenvolvimento sustentável do Brasil.

Bernardo Issa de Souza
Diretor de Áreas Protegidas



PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADES
Piauí

Crédito: ICMBIO

SUMÁRIO

01 PANORAMA GERAL 10

02 AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA REDETRILHAS 14

03 A REDETRILHAS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS 26

ANEXO A 28

TRILHAS INTEGRANTES DA REDETRILHAS

ANEXO B 52

TRILHAS EM PROCESSO DE ADESÃO À REDETRILHAS

A estrutura da RedeTrilhas foi concebida para ser "de baixo para cima", em uma lógica modular, na qual as trilhas são categorizadas em trilhas locais, trilhas de longo curso regionais e trilhas de longo curso nacionais. As trilhas locais são aquelas que demandam até um dia para serem percorridas, e se conectam para formar as trilhas de longo curso regionais, que demandam de 2 a 28 dias para serem percorridas. Por sua vez, as trilhas regionais se conectam e formam grandes trilhas nacionais, que demandam mais de 28 dias para serem percorridas. Este arranjo propicia o protagonismo e senso de pertencimento local e regional, valorizando a identidade de cada território, que é estampada na logomarca em forma de pegada e suas derivações, nas cores preta e amarela, e sua utilização para sinalização direcional de cada trilha.

Atualmente, podem aderir à RedeTrilhas apenas as trilhas de longo curso (regionais ou nacionais) situadas em ou conectando Unidades de Conservação e que estejam sinalizadas ou prevejam adotar sinalização em conformidade com o **MANUAL DE SINALIZAÇÃO DE TRILHAS DO INSTITUTO CHICO MENDES.**

01

PANORAMA GERAL

TRILHA TRANSMANTIQUEIRA
Serra da Mantiqueira, Marmelópolis, Minas Gerais

Crédito: Samuel F. Schwaida

AS PROPOSTAS DE ADESÃO DE TRILHAS À POLÍTICA SÃO APRESENTADAS E AVALIADAS EM **DUAS FASES SUCESSIVAS:**

FASE 1

ANÁLISE PRELIMINAR:

Quando informações mais básicas são necessárias, por exemplo, o propósito da trilha, mapa preliminar e a indicação de possível Instância de Governança.

FASE 2

ANÁLISE DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO:

Informações e estratégias mais detalhadas são necessárias, desde a sinalização até as formas de monitoramento da trilha. É aqui que, em caso de aprovação, ocorre o reconhecimento oficial da trilha por meio de Portaria do MMA.

No ano de 2025, a RedeTrilhas alcançou o número de 22 trilhas oficialmente reconhecidas, sendo 20 trilhas de longo curso regionais e 02 trilhas de longo curso nacionais. Há ainda 14 trilhas em processo de reconhecimento (Tabela 01).

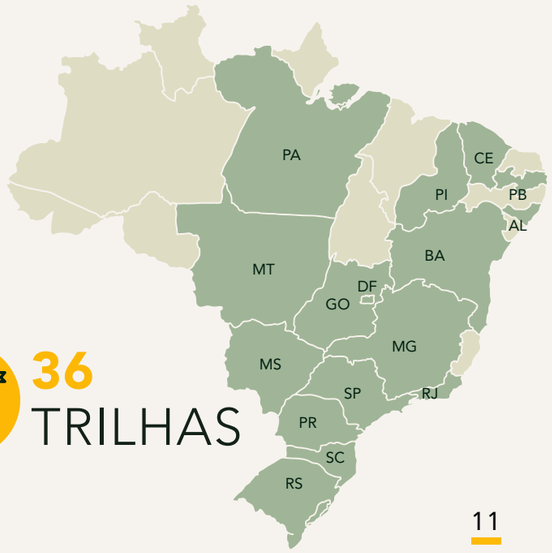
Estas 36 trilhas - reconhecidas ou em processo de reconhecimento - estão distribuídas por todos os biomas terrestres brasileiros (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampa), além da Zona Costeira e Marinha, demonstrando representatividade das diferentes paisagens e ecossistemas brasileiros. As trilhas estão situadas em 16 Unidades Federativas: AL, BA, CE, DF, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PI, PR, RJ, RS, SC e SP.

Ao todo, são 184 municípios e 347 Unidades de Conservação (UCs) abrangidos e mais de 16 mil km planejados, dos quais aproximadamente 7 mil encontram-se sinalizados com o padrão de sinalização da RedeTrilhas e disponíveis para uso.

Os dados demonstram que a RedeTrilhas já possui um núcleo expressivo de trilhas formalizadas e vem se consolidando como uma das principais políticas de turismo sustentável, conservação ambiental, conectividade de paisagens e valorização do patrimônio natural e cultural do Brasil. Ao mesmo tempo, evidenciam o potencial de expansão da política nos próximos anos, respaldado também no universo mais amplo de trilhas vinculadas à Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (ARBTLC) - organização da sociedade civil cujo propósito é apoiar a implementação da política pública RedeTrilhas – que registra cerca de 205 trilhas cadastradas, somando mais de 41 mil quilômetros de trilhas planejadas.

ESTÁGIO DE ADESÃO	Nº DE TRILHAS
Em análise na Fase 1	02
Aprovada na Fase 1	11
Em análise na Fase 2	01
Aprovada na Fase 2 e aguardando publicação da Portaria	00
Aprovada na Fase 2 e com Portaria publicada	22
TOTAL	36

Fonte: MMA



36 TRILHAS

FIGURA 1 - **A REDETRILHAS EM NÚMEROS**

22
TRILHAS
OFICIALMENTE RECONHECIDAS

14
TRILHAS
EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO

16
UNIDADES FEDERATIVAS

184
MUNICÍPIOS

347
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

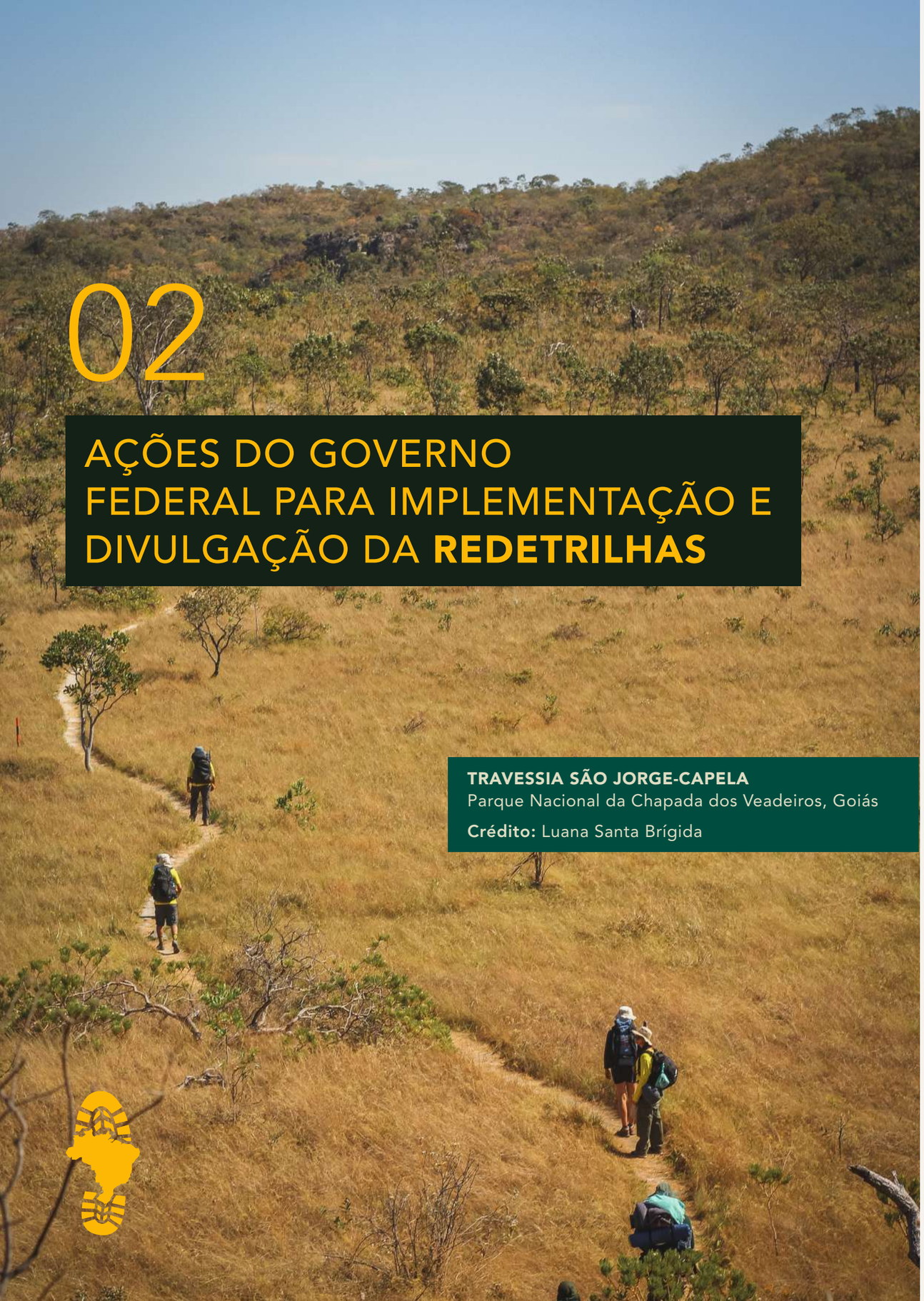
16 MIL
KM PLANEJADOS

7 MIL
KM SINALIZADOS

Fonte: MMA

TRAVESSIA PETRÓPOLIS X TERESÓPOLIS
Caminhos da Serra do Mar, Rio de Janeiro

Crédito: Fábio Magrão



02

AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA **REDETRILHAS**

TRAVESSIA SÃO JORGE-CAPELA
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Goiás
Crédito: Luana Santa Brígida

2.1 REVISÃO DO PROCESSO DE ADESÃO, RELATÓRIO ANUAL E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A partir de setembro de 2024, MMA, MTur e ICMBio conduziram uma revisão no processo e instrumentos usados para a adesão das trilhas à RedeTrilhas e apresentação do relatório nacional. O objetivo foi tornar os processos mais claros e rápidos, bem como viabilizar melhor compreensão quanto ao conteúdo e documentação necessários para o cadastramento e relatório. Como resultado, foram elaborados formulários padrão, estruturados e orientados e com padronização de termos, de forma que todas as trilhas apresentem as informações da mesma forma, o que reduz a dificuldade e o tempo para submissão, por parte dos proponentes, e para avaliação, por parte do MMA, MTur e ICMBio. Além disso, a equipe do MMA realizou diversas reuniões com gestores de diferentes trilhas ainda não cadastradas para apresentar a política pública e esclarecer dúvidas relativas ao processo de adesão.

O novo arranjo e organização também favoreceram uma melhor gestão da informação e viabilizaram a produção de dados e análises para o monitoramento da política, bem como a elaboração do Relatório Nacional de Trilhas. Como próximo passo, será avaliado o desenvolvimento de um sistema eletrônico para cadastramento, atualização e gestão da informação sobre as trilhas, além de um *dashboard* e plataforma com dados geoespaciais para consulta.

2.2 APOIO DIRETO E CAPACITAÇÕES

Desde 2020, o MMA vem apoiando diretamente o planejamento e implementação de trilhas de longo curso em áreas identificadas como de grande relevância para a conservação da biodiversidade. O apoio vem sendo dado principalmente através da inclusão das trilhas em editais de projetos e programas.

A primeira experiência do tipo foi com o Projeto GEF Áreas Privadas, apoiando a implementação da Trilha Caminho dos Veadeiros, em Goiás. A partir da experiência e lições aprendidas, o modelo foi replicado no Projeto GEF Pró-Espécies, com as trilhas de longo curso sendo incluídas como estratégia de conservação em Planos de Ação Territoriais (PAT) ou Nacionais (PAN) para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção, e nos projetos Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL) e GEF Terrestre. Em 2023, a Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do MMA, com apoio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) publicou edital voltado ao

REDETRILHAS EM NÚMEROS

36 TRILHAS

22 TRILHAS OFICIALMENTE RECONHECIDAS

14 TRILHAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO

347 UNIDADES DE **CONSERVAÇÃO**

REDETRILHAS ESTÁ EM TODOS OS BIOMAS

- MATA ATLÂNTICA
- CAATINGA
- CERRADO
- PAMPA
- PANTANAL
- AMAZÔNIA

R$ 10
MILHÕES DE REAIS
INVESTIDOS

21
CURSOS DE
PLANEJAMENTO E
MANEJO DE **TRILHAS**
SUSTENTÁVEIS

490
PARTICIPANTES
CAPACITADOS

06
OFICINAS DE
SINALIZAÇÃO
RÚSTICA

aperfeiçoamento de rotas de cicloturismo, para apoiar projetos que melhorem a infraestrutura cicloviária no país, conectando áreas verdes, Unidades de Conservação e corredores ecológicos.

Ao todo, são mais de R$ 10 milhões de reais investidos ou programados para 16 trilhas beneficiadas. Outra frente de atuação do governo federal para o planejamento e implementação de trilhas são as capacitações em sinalização e manejo de trilhas. Apenas no período 2024-2025 o ICMBio realizou cerca de 21 Cursos de Planejamento e Manejo de Trilhas Sustentáveis, com carga horária de 40h, capacitando 490 participantes. Foram 13 cursos realizados no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do órgão (PDP/ICMBio); 07 cursos complementares que atenderam parceiros, voluntários, comunitários, indígenas, órgãos estaduais de meio ambiente, e um curso ao final do 2º Congresso Brasileiro de Trilhas. Mais 02 cursos foram custeados diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Com relação às capacitações em sinalização rústica, foram 06 oficinas com carga horária entre 06 e 08h, alcançando mais de 70 pessoas entre servidores das três esferas de governo, parceiros privados, voluntários e populações tradicionais.

Em agosto de 2025 o MMA e o ICMBio, com apoio de voluntários das trilhas Caminhos do Planalto Central e Caminho dos Veadeiros, promoveram o primeiro intercâmbio sobre o tema com um órgão estadual. A iniciativa reuniu equipes de servidores do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e do Instituto Brasília Ambiental, que tiveram a oportunidade de aprender sobre os aspectos teóricos e práticos da sinalização de trilhas nas APA do Planalto Central e na Floresta Nacional de Brasília. O grupo mineiro também realizou uma visita técnica de dois dias no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com percurso da Travessia das Sete Quedas, uma das trilhas de longo curso pioneiras e campo de testes da RedeTrilhas.

Em maio de 2026, a experiência foi replicada com outros atores no Parque Nacional de Ubajara, no Ceará, abrangido pela trilha Caminhos da Ibiapaba, e na Travessia do Parque Nacional do Superagui, no Paraná. Pretende-se manter e ampliar os intercâmbios com os órgãos estaduais, como parte de uma estratégia de capacitação e integração entre os diferentes órgãos que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

2.3 CURSO E APOSTILA SOBRE ECOLOGIA DE PAISAGENS E CORREDORES ECOLÓGICOS

Com o intuito de fornecer informações atualizadas sobre o tema de Corredores Ecológicos e ferramentas para os gestores públicos e sociedade civil envolvidos na conservação da biodiversidade, o MMA realizou, em 2023, o curso "Ecologia de Paisagens e Modelagem de Corredores Ecológicos". A iniciativa foi realizada no âmbito do projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-Espécies: Todos contra a extinção, coordenado pelo MMA e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF). O projeto Pró-Espécies é implementado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), sendo o WWF-Brasil a agência executora.

O curso foi estruturado em duas etapas, teórica e prática, e foi ministrado, inicialmente, para mais de 60 servidores públicos federais e estaduais, com vistas a fortalecer a formação desses profissionais nos temas de Ecologia de Paisagens, Conectividade e Corredores Ecológicos. Todo o material foi posteriormente organizado e disponibilizado para acompanhamento assíncrono de qualquer pessoa interessada no tema, por meio de videoaulas no YouTube do MMA, na apostila "Conectividade em foco: Paisagens, Planejamento de Corredores Ecológicos e Trilhas de Longo Curso" e no material tutorial para uso em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Nas videoaulas e na apostila são explorados o histórico e as bases teóricas da ecologia da paisagem, abordando o estudo da conectividade e discutindo o papel de estratégias como Corredores Ecológicos e Trilhas de Longo Curso na conservação e restauração de paisagens fragmentadas. Já com o material de apoio para as atividades práticas, é possível aplicar os conceitos apresentados por meio de atividades estruturadas e orientadas em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG).

ACESSE AQUI
AS **VÍDEOAULAS**

+

ACESSE AQUI
A **APOSTILA**

+

ACESSE AQUI
O **MATERIAL DE APOIO PARA AS ATIVIDADES PRÁTICAS**



CAMINHOS DA IBIAPABA
Piauí e Ceará
Crédito: Thiago Beraldo

2.4 POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À VISITAÇÃO A UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em julho de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.180/2025, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação, estabelecendo um novo marco para a gestão pública do uso recreativo e turístico desses territórios. A norma reforça que a visitação deve ampliar o acesso da sociedade aos parques e áreas protegidas, sempre em consonância com a conservação, valorizando atividades educativas, culturais, esportivas e de lazer. Para isso, organiza princípios como segurança do visitante, participação de povos e comunidades tradicionais, acessibilidade universal, promoção do desenvolvimento local e monitoramento dos impactos ambientais e socioculturais associados ao uso público.

Entre os elementos estruturantes da política, a Lei reconhece a importância de conectar UCs por meio de rotas e percursos, criando experiências de uso público que valorizem o patrimônio ambiental e cultural. Ao definir que a visitação pode ocorrer com diferentes níveis de infraestrutura, de baixa a alta intervenção, a legislação abre caminho para modelos diversos de manejo, desde trilhas rústicas até circuitos mais estruturados, sempre alinhados ao plano de manejo e à categoria de proteção da UC. O texto legal também autoriza o ICMBio e os órgãos estaduais e municipais executores do SNUC a contratar instituição financeira para criar e administrar um Fundo de Incentivo à Visitação para apoiar ações de visitação, ampliando a capacidade de investimento em infraestrutura, qualificação e serviços ao visitante nas UCs. Ainda, estabelece que as receitas deste Fundo somente poderão ser aplicadas em ações e investimentos diretamente vinculados à visitação, sendo vedado o emprego em despesas de custeio administrativo geral do órgão executor.

Nesse contexto, as trilhas de longo curso assumem papel estratégico, pois articulam paisagens, fortalecem a conectividade territorial e funcionam como eixo estruturante para organizar a visitação em grandes extensões de áreas protegidas. Ao promover deslocamentos contínuos entre parques, comunidades tradicionais, atrativos naturais e cidades do entorno, as trilhas contribuem diretamente para os objetivos da nova política ao ampliarem o acesso, dinamizarem economias locais, estimularem o turismo de natureza e reforçarem a presença do Estado em regiões sensíveis. A Lei, portanto, oferece base normativa para a expansão, qualificação e integração das trilhas no Brasil como vetores de conservação e desenvolvimento sustentável.

> **A VISITAÇÃO DEVE AMPLIAR O ACESSO DA SOCIEDADE AOS PARQUES E ÁREAS PROTEGIDAS, SEMPRE EM CONSONÂNCIA COM A CONSERVAÇÃO, VALORIZANDO ATIVIDADES EDUCATIVAS, CULTURAIS, ESPORTIVAS E DE LAZER.**

2.5 DIVULGAÇÃO E PRESENÇA EM EVENTOS ESTRATÉGICOS

Desde sua instituição, a RedeTrilhas foi tema principal ou de sessões em diversos eventos nacionais e internacionais sobre trilhas de longo curso, conservação da natureza e ecoturismo. O Governo Federal, por meio do MMA, MTur e ICMBio esteve presente em diversos desses eventos para apresentar a visão do poder público federal e debater com atores regionais as estratégias, desafios e oportunidades para expansão e consolidação da RedeTrilhas.

A presença da RedeTrilhas nesses espaços tem como objetivo ampliar a visibilidade da política pública, fortalecer sua compreensão como produto turístico estruturado e evidenciar seu papel na diversificação da oferta turística nacional. Ao apresentar a RedeTrilhas ao público especializado, gestores públicos, empreendedores e visitantes, o Governo Federal reafirma seu compromisso com a promoção do turismo sustentável, de base territorial e alinhado à conservação ambiental.

No âmbito da estratégia de posicionamento do turismo de natureza como vetor de desenvolvimento sustentável, o MTur tem promovido a RedeTrilhas em eventos estratégicos do setor, com destaque para o Salão Nacional do Turismo, principal vitrine institucional do turismo brasileiro.

No Salão Nacional do Turismo, realizado em São Paulo/SP entre os dias 21 a 23 de agosto de 2025, a RedeTrilhas foi apresentada como uma iniciativa que integra e conecta experiências em áreas protegidas, paisagens naturais, patrimônios culturais e comunidades locais. Essa abordagem contribui para a valorização dos biomas brasileiros e para o estímulo à visitação responsável, distribuindo fluxos turísticos para além dos destinos turísticos consolidados.

O ano de 2025 se destaca pela participação em pelo menos 30 eventos, sendo 10 eventos de nível regional e estadual dedicados exclusivamente à RedeTrilhas. Seguindo o modelo dos Congressos Brasileiros de Trilhas, evento de âmbito nacional organizado pela Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (ARBTLC) e que já teve 3 edições (2022, 2023 e 2024), foram realizados seminários, fóruns e simpósios nos estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, além do I Seminário Nordestino de Trilhas.



TRILHA TRANSCARIOCA
Rio de Janeiro
Crédito: Victor Gustavo

> **ESSA ABORDAGEM CONTRIBUI PARA A VALORIZAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS E PARA O ESTÍMULO À VISITAÇÃO RESPONSÁVEL, DISTRIBUINDO FLUXOS TURÍSTICOS PARA ALÉM DOS DESTINOS TURÍSTICOS CONSOLIDADOS.**

CAMINHOS DA IBIAPABA
Parque Nacional de Ubajara, Ceará

Crédito: João Luiz/MTur



CAMINHO DOS VEADEIROS
Travessia São Jorge, Goiás
Crédito: Luana Santa Brígida

A RedeTrilhas também foi apresentada em alguns dos mais importantes eventos internacionais sobre conservação da natureza realizados em 2025: Congresso Mundial de Reservas da Biosfera (setembro, em Hangzhou, China); Congresso Mundial de Conservação da UICN (outubro, em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos), na COP 30 da Convenção do Clima (novembro, em Belém, Brasil) e motivou a realização do I Seminário sobre Segurança nas Atividades de Visitação em Áreas Naturais (Curitiba, Brasil).

No contexto da COP30, MMA, MTur e ICMBio lançaram, no estande institucional do MTur, a Trilha Amazônia Atlântica. Esta iniciativa evidencia o papel da RedeTrilhas como estratégia de promoção do turismo de natureza e conectividade entre áreas naturais e comunidades tradicionais.

Outra ação inovadora foi a criação de uma categoria específica para Trilhas de Longo Curso na 4ª Edição do Prêmio Nacional do Turismo, realizada em 2025. O Prêmio Nacional do Turismo, uma parceria entre o Ministério do Turismo - MTur e o Conselho Nacional do Turismo – CNT, é um reconhecimento das iniciativas inovadoras, de excelência na gestão e de impacto positivo que prestadores de serviços turísticos e profissionais comprometidos exercem no setor do turismo. A premiação é uma celebração de quem faz o turismo brasileiro crescer e fortalecer como um dos segmentos econômicos com maior potencial para geração de emprego e renda no Brasil, bem como para promoção da inclusão social e da sustentabilidade ambiental.

A categoria "Trilhas de Longo Curso como Vetores de Desenvolvimento Turístico" foi adicionada de forma estratégica para valorizar e consolidar as iniciativas nacionais. O Circuito Vale Europeu de Cicloturismo foi o vencedor nesta nova categoria, seguido da Trilha Amazônia Atlântica, segunda colocada, e do Caminho da Fé, em terceiro lugar, reafirmando a importância das trilhas como vetores de desenvolvimento turístico sustentável no Brasil.

Ao integrar a RedeTrilhas à agenda de eventos estratégicos, a política vem se consolidando como um ativo estratégico para o cumprimento das metas do Marco Global de Biodiversidade e para o posicionamento do Brasil como destino competitivo em turismo de natureza no cenário nacional, com base em princípios de sustentabilidade, governança colaborativa e valorização do patrimônio natural e cultural.

CRIAÇÃO DE UMA CATEGORIA ESPECÍFICA PARA TRILHAS DE LONGO CURSO NA 4ª EDIÇÃO DO PRÊMIO NACIONAL DO TURISMO, REALIZADA EM 2025

NOVA CATEGORIA NO
PRÊMIO NACIONAL DO TURISMO

2.6 RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DAS TRILHAS COMO FERRAMENTA DE CONSERVAÇÃO

Um avanço para as trilhas de longo curso ocorreu durante o Congresso Mundial de Conservação da UICN, realizado entre 9 e 15 de outubro de 2025 em Abu Dhabi, com a aprovação da Moção nº 004 – "Trails and Conservation" (Trilhas e Conservação). A proposta consolidou o reconhecimento das trilhas como instrumentos de conservação, destacando a capacidade de promover conectividade territorial, fortalecer vínculos entre áreas protegidas e aproximar a sociedade dos valores associados à proteção da natureza.

A Moção, elaborada sob liderança do Brasil e considerando a experiência acumulada com a RedeTrilhas, destaca que as trilhas de longo curso não devem ser vistas apenas como infraestrutura recreativa, mas como elementos de conectividade entre áreas urbanas, rurais e selvagens, capazes de mobilizar novos conservacionistas e conectar lugares de valor cultural, espiritual, paisagístico e moral.

O texto também atribui à Comissão Mundial de Áreas Protegidas (WCPA/IUCN) a tarefa de elaborar diretrizes internacionais para planejamento, manejo, monitoramento e valorização desses percursos, incluindo orientações sobre infraestrutura, gestão de visitantes e mitigação de impactos. Para o Brasil, o posicionamento

internacional reforça a relevância do trabalho desenvolvido pela RedeTrilhas e legitima a adoção das trilhas como eixo articulador entre UCs, comunidades locais e destinos turísticos. A aprovação da Moção nº 004 amplia o respaldo técnico e político para a expansão qualificada da RedeTrilhas, alinhando o país às melhores práticas globais de conservação e uso público.

Já no âmbito da Convenção sobre Espécies Migratórias da Fauna Silvestre (CMS), da qual o Brasil é signatário, foi aprovada a Resolução UNEP/CMS 14.16, durante a 15ª Conferência das Partes da Convenção, realizada entre os dias 23 e 29 de março de 2026 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A Resolução reforça a conectividade ecológica como elemento central para a conservação de espécies migratórias e também reconhece o papel de iniciativas territoriais em escala de paisagem — como corredores ecológicos, redes de conectividade e trilhas de longo curso — na redução da fragmentação de habitats e no apoio à conservação da biodiversidade.



CAMINHO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA
Rio de Janeiro
Crédito: Katie Weintraub

A RESOLUÇÃO REFORÇA A CONECTIVIDADE ECOLÓGICA COMO ELEMENTO CENTRAL PARA A CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES MIGRATÓRIAS E TAMBÉM RECONHECE O PAPEL DE INICIATIVAS TERRITORIAIS EM ESCALA DE PAISAGEM — COMO CORREDORES ECOLÓGICOS, REDES DE CONECTIVIDADE E TRILHAS DE LONGO CURSO

2

ACORDOS ASSINADOS

PELO MMA EM 19 DE MAIO DE 2026

PRIMEIRO ACORDO

MMA, ICMBio e Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso

PARA IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DA REDETRILHAS

SEGUNDO ACORDO

Instituto Semeia

PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS, COM FOCO NO MONITORAMENTO DA VISITAÇÃO

2.7 ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM PROL DA REDETRILHAS

No dia 19 de maio de 2026, o MMA assinou dois Acordos de Cooperação para o fortalecimento de trilhas e gestão de áreas naturais protegidas. O primeiro acordo foi firmado entre MMA, ICMBio e a Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso (REDE), e prevê uma aliança estratégica para a implementação e expansão da RedeTrilhas. A atuação conjunta permitirá fortalecer a governança, implementação e sinalização de trilhas, além de impulsionar a geração de oportunidades econômicas em comunidades locais. Já o segundo acordo, firmado entre o MMA e o Instituto Semeia, amplia o apoio à qualificação da gestão de áreas protegidas, com foco na capacitação voltada ao monitoramento da visitação, incluindo em trilhas de longo curso.

Ambos os acordos têm como característica a cooperação baseada no compartilhamento de conhecimentos, capacitação, implementação de trilhas e articulação institucional e reforçam o papel das trilhas como infraestrutura verde essencial, capaz de integrar paisagens, conectar áreas protegidas e fomentar o turismo sustentável. A assinatura dos acordos ocorreu durante o 9º Encontro do Fórum de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (FSNUC) – principal espaço de articulação federativa das áreas protegidas brasileiras.

2.8 INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRILHAS

Em 12 de junho de 2025, o Governo Federal deu início ao processo de revisão da governança da RedeTrilhas, mediante parceria entre o Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com apoio técnico de uma consultoria especializada contratada por meio de um projeto de cooperação internacional com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e a UNESCO.

O objetivo é tornar a gestão da RedeTrilhas mais moderna, eficiente e participativa, envolvendo não só o poder público, mas também a sociedade civil e especialistas no tema. Com isso, o governo quer ampliar o acesso às trilhas de longo curso no Brasil, valorizando o ecoturismo e a conservação ambiental, além de promover o desenvolvimento sustentável em várias regiões do país.

Os trabalhos envolveram revisão bibliográfica, levantamento e análise de governança de sistemas de trilhas em outros países, entrevistas, consulta pública e oficina de planejamento. Foram realizadas 46 entrevistas semiestruturadas com atores-chave vinculados ao tema, abrangendo representantes do poder público, academia, sociedade civil, setor produtivo, usuários e núcleos gestores de trilhas.

No que tange à consulta pública, esta foi realizada por meio da plataforma “Participa + Brasil”, o canal oficial para consultas públicas do Governo Federal, tendo ficado aberta para coleta de respostas por 30 dias corridos, dos dias 24/06/2025 a 24/07/2025. Foram 256 respostas válidas de diferentes segmentos da sociedade, incluindo usuários, voluntários, gestores, empresários, moradores do entorno e representantes de comunidades tradicionais.

O processo envolveu uma série de reuniões e oficinas virtuais, bem como uma oficina presencial de dois dias para escuta, debate técnico e validação das diretrizes, com um grupo técnico formado por instituições públicas e privadas ligadas ao tema. O grupo foi composto por representantes das seguintes instituições: Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR); Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo (ANSEDITUR); Fórum Permanente de Dirigentes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (FSNUC); Associação Rede Brasileira de Trilhas (REDE), Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA); Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME); Aliança Bike; Anda Brasil; e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Como resultado, foram propostos novos atos normativos regulamentando a política pública, seus instrumentos e sua estrutura de governança. Como primeiro passo, foi assinado e publicado o Decreto nº 13.015, de 10 de junho de 2026, instituindo o Sistema Nacional de Trilhas, organizando e aprimorando os dispositivos estabelecidos pela RedeTrilhas. Essa mudança não é meramente terminológica, mas representa uma reestruturação conceitual e operativa substantiva. O Decreto mantém o papel de coordenação da política para MMA, MTur e ICMBio e cria o Comitê Nacional de Trilhas, órgão consultivo e de assessoramento da política pública. Além disso, institui o Cadastro Nacional de Trilhas e estabelece diretrizes para planejamento, monitoramento e gestão integrada, assegurando sustentabilidade, conectividade ecológica, segurança dos usuários e governança estruturada. Ao mesmo tempo, promove a participação articulada entre União, Estados, Municípios, iniciativa privada e sociedade civil organizada, consolidando um arranjo cooperativo que confere legitimidade, viabilidade técnica e eficácia às medidas propostas.



Parque Nacional de Aparados da Serra, Cambará do Sul - RS

Crédito: Samuel F. Schwaida

03

A **REDETRILHAS** NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS



CAMINHO DE SANTANA
Chapada dos Veadeiros, Goiás

Crédito: Raquel Monteiro Gomes

PARA ALÉM DAS AÇÕES COORDENADAS E EXECUTADAS PELO PODER PÚBLICO FEDERAL, **A REDETRILHAS TEM SE CONSOLIDADO TAMBÉM NOS ÂMBITOS ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL**, COM ALGUNS ESTADOS E MUNICÍPIOS, ALÉM DO DISTRITO FEDERAL, CRIANDO SEUS SISTEMAS OU REDES DE TRILHAS, OU CRIANDO E/OU RECONHECENDO TRILHAS ESPECÍFICAS EM SEUS TERRITÓRIOS.

Os atos normativos estaduais representam a camada intermediária e articuladora da RedeTrilhas, desempenhando um papel crucial na transposição das diretrizes nacionais para as realidades regionais. A Portaria Conjunta nº 407/2018, que instituiu a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, funcionou como catalisador para uma onda regulatória estadual, evidenciando um alinhamento normativo vertical. Estados como Mato Grosso, Piauí, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pará, Amapá, Paraíba e São Paulo criaram seus próprios programas, redes ou sistemas estaduais de trilhas, frequentemente citando expressamente as portarias nacionais 407/2018 e 500/2020. Este referenciamento direto demonstra não apenas conformidade técnica, mas também uma estratégia de legitimação institucional, onde os estados buscam ancorar suas políticas locais no marco regulatório nacional estabelecido.

Além da criação de sistemas estaduais, observa-se uma diversificação de abordagens normativas. Alguns estados, como Santa Catarina e o Distrito Federal, concentraram-se na estruturação da governança local, emitindo portarias que criam comissões técnicas e regulamentam procedimentos operacionais. Outros priorizaram o reconhecimento de rotas turísticas culturais de grande extensão, como ocorre com o "Caminhos de Peabiru" no Paraná e Santa Catarina, e o "Caminho de Cora Coralina" em Goiás, integrando assim a dimensão patrimonial e identitária à política de trilhas. Esta camada estadual funciona essencialmente como ponte institucional, adaptando os princípios gerais nacionais às especificidades biogeográficas, culturais e administrativas de cada região, enquanto cria estruturas especializadas que garantem a implementação descentralizada e contextualizada da política nacional de trilhas. Analogamente, dezenas de Municípios criaram Leis ou Decretos reconhecendo trilhas segundo os parâmetros da política pública.

16
UNIDADES FEDERATIVAS

184
MUNICÍPIOS

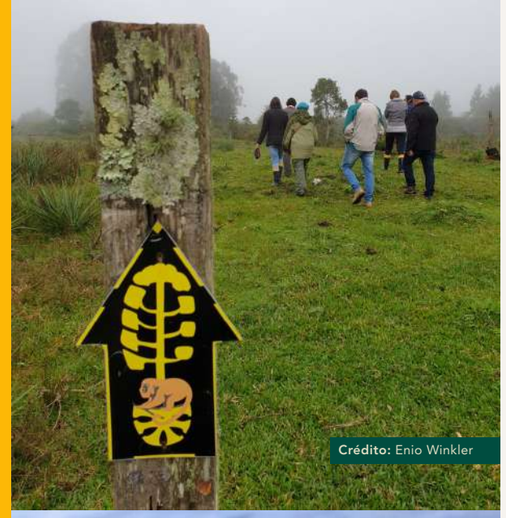
ANEXO

A

TRILHAS INTEGRANTES DA **REDETRILHAS**

Aqui são apresentadas informações sobre as trilhas oficialmente reconhecidas pelo governo federal como integrante da RedeTrilhas, como canais oficiais, localização, extensão, biomas e áreas protegidas abrangidas.

Também são apresentadas a identidade visual exclusiva de cada trilha, representada por uma logomarca em formato de pegada que traduz as características ambientais, culturais e históricas mais relevantes do seu território. Além de fortalecer o reconhecimento e o sentimento de pertencimento ao território, essas marcas desempenham um papel fundamental na sinalização ao longo do percurso, servindo como referência visual para orientar os visitantes. Aplicadas em placas, marcos e materiais informativos, elas facilitam a navegação, aumentam a segurança dos usuários e contribuem para a consolidação da identidade de cada trilha, tornando a experiência mais intuitiva e memorável para caminhantes, ciclistas e demais visitantes.


Crédito: Enio Winkler



Crédito: Cristiane Bossoni



Crédito: Nicélio Filho


Crédito: Victor Almeida


Crédito: Luciana Nogueira

QUADRO 1.A
TRILHA TRANSCARIOCA

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
187 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
187 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
09

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 110, de 12 de março de 2021

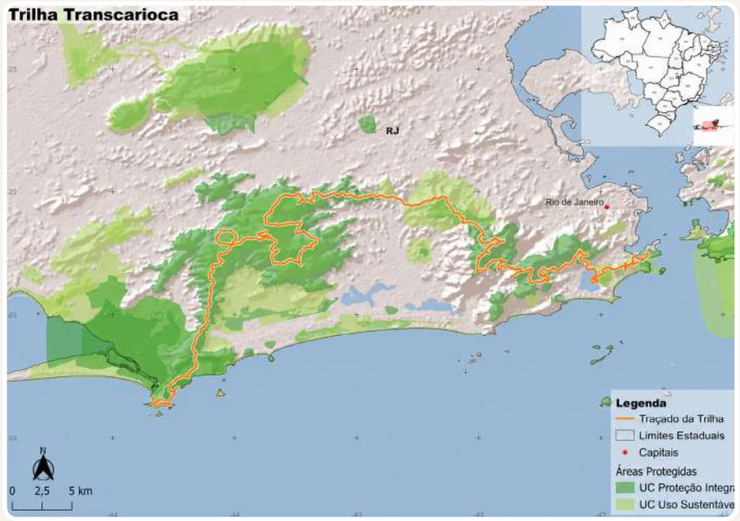
SITE OFICIAL
www.trilhatranscarioca.com.br

INSTAGRAM
@trilhatranscarioca

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA da Tijuca; PNM de Grumari; PE da Pedra Branca; PNM da Cidade; PNM da Catacumba; PNM José Guilherme Merquior; PNM Fonte da Saudade; PNM Paisagem Carioca; MONA dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca; Monumento Natural (MONA) do Arquipélago das Ilhas Cagarras

Uso Sustentável: APAM Pretos Forros



Fonte: MMA


Crédito: Nicélio Filho/Pés no Cerrado

QUADRO 2.A
CAMINHO DE CORA CORALINA

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
GO

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
303 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
303 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
08

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
06

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 120, de 22 de março de 2021

SITE OFICIAL
www.caminhodecoracoralina.com.br

INSTAGRAM
@caminhodecoraoficial

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE da Serra Dourada; PE dos Pirineus; PE da Serra de Jaraguá; PNM da Estrada Imperial
Uso Sustentável: APA da Serra Dourada; ARIE Águas de São João



Fonte: MMA


Crédito: Edgar Fagundes

QUADRO 3.A
TRILHA SUCUPIRA **CAMINHOS DA FLONA**

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
DF

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
216 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
32 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
01

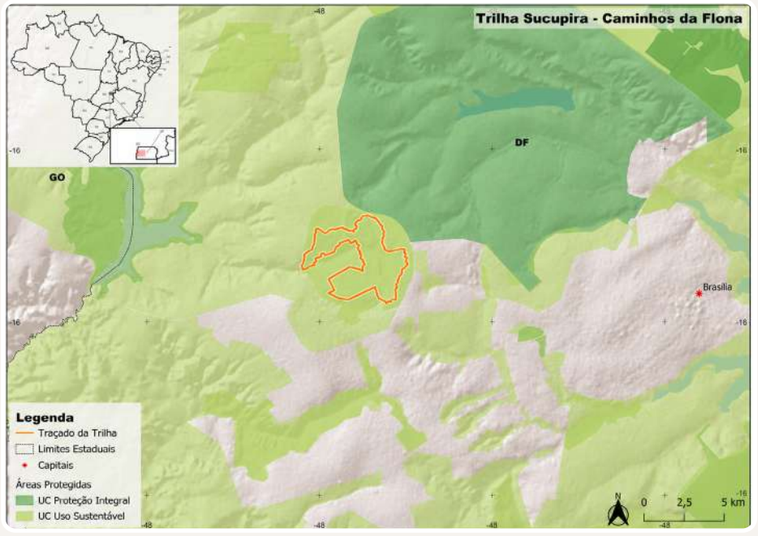
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 219, de 2 de junho de 2021

SITE OFICIAL
www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/flona-de-brasilia/informacoes-sobre-visitacao-floresta-nacional-de-brasilia

INSTAGRAM
@caminhosdaflona

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Uso Sustentável: FLONA de Brasília



Fonte: MMA


Crédito: Fábio Magrão

QUADRO 4.A
CAMINHOS DA SERRA DO MAR

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
200 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
62 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
05

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
07

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 393, de 31 de agosto de 2021

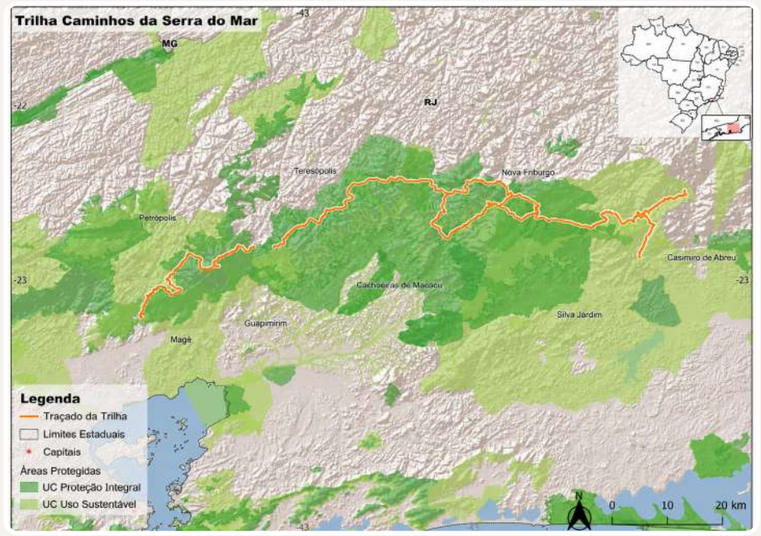
SITE OFICIAL
https://redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/caminhos-da-serra-do-mar

INSTAGRAM
@caminhosdaserradomar

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA Serra dos Órgãos; PE Três Picos; REVIS Serra da Estrela; PNM Montanhas de Teresópolis; PNM Padre Quinha

Uso Sustentável: APA Petrópolis; RPPN Jacutinga



Fonte: MMA


Crédito: Luiz Aragão

QUADRO 5.A
TRILHA NACIONAL TRANSMANTIQUEIRA

CATEGORIA
Trilha Nacional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ - SP - MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
1.114 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
600 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
47

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
37

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 543, de 29 de novembro de 2021

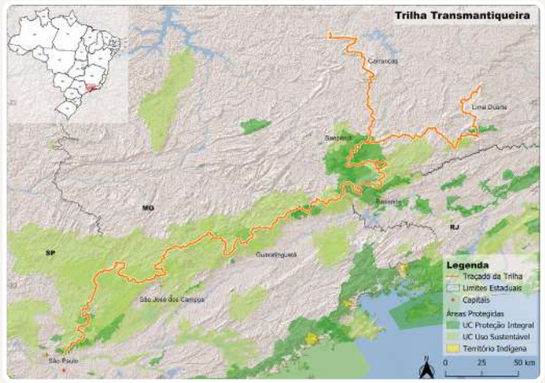
SITE OFICIAL
www.trilhatransmantiqueira.org.br

INSTAGRAM
@trilhatransmantiqueira

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA do Itatiaia; MONA Estadual da Pedra do Baú; MONA Municipal do Pico do Itaguaré; MONA Estadual da Pedra Grande; MONA Municipal Pedra do Picu; MONA Estadual Mantiqueira Paulista; PE Alberto Löfgren; PE da Cantareira; PE da Pedra Selada; PE da Serra do Papagaio; PE da Serra Negra da Mantiqueira; PE de Campos do Jordão; PE de Itapetinga; PE do Ibitipoca; PE dos Mananciais de Campos do Jordão; PNM da Grota Funda

Uso Sustentável: APA Boqueirão da Mira; APA da Serra da Mantiqueira; APA de Campos do Jordão; APA Fernão Dias; APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul; APA São Francisco Xavier; APA Sapucaí Mirim; APA Sistema Cantareira; RPPN Alto do Deco; RPPN Alto Montana; RPPN Cachoeira do Tombo; RPPN da Mata; RPPN Gigante do Itaguaré; RPPN Mitra do Bispo; RPPN Mitra do Bispo II; RPPN Pedra da Mina; RPPN Santa Rita de Cássia; RPPN Serra do Papagaio-Matutu; RPPN Serrinha; RPPN Serrinha; RPPN Pico dos Cabritos



Fonte: MMA


Crédito: Luiza Barison

QUADRO 6.A

TRILHA DOS CANYONS

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RS

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
127 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
18 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
06

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
02

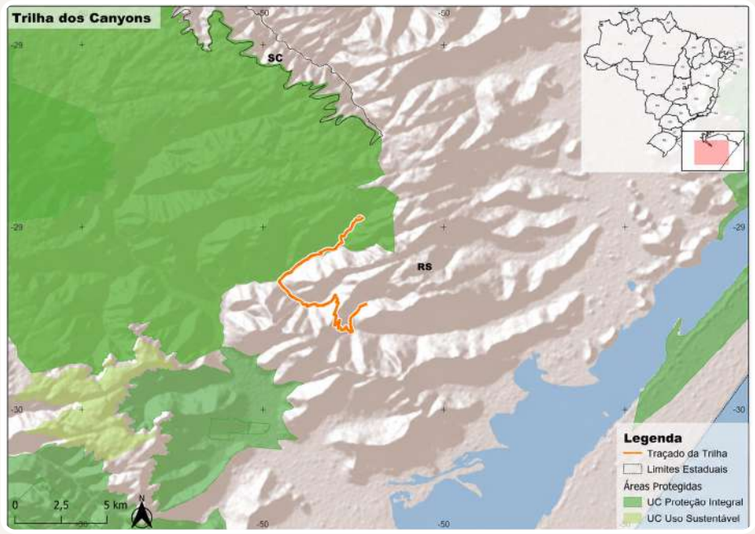
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 554, de 14 de dezembro de 2021

SITE OFICIAL
Não disponível

INSTAGRAM
Não disponível

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE de Itapeva; PE da Guarita



Fonte: MMA


Crédito: Erick Xavier

QUADRO 7.A

ROTA DOS PIONEIROS

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada, Bike e Aquático

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
PR - SP - MT

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
730 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
480 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
08

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
07

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 326, de 28 de dezembro de 2022

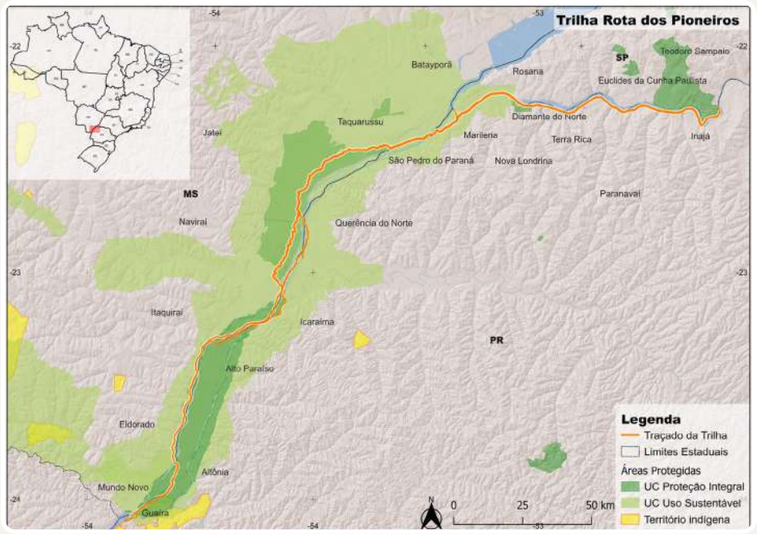
SITE OFICIAL
https://redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/rota-dos-pioneiros

INSTAGRAM
@rotadospioneiros

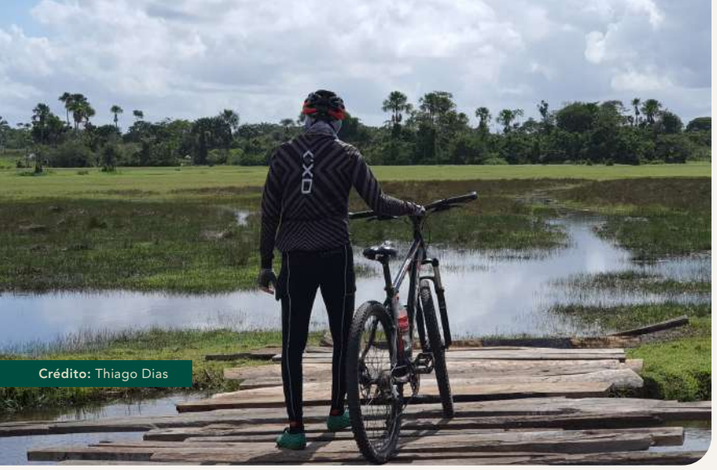
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE Morro do Diabo; ESEC Mico-Leão-Preto; ESEC Caiuá; PARNA de Ilha Grande; PE das Várzeas do Rio Ivinhema; PNM de Naviraí

Uso Sustentável: APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná



Fonte: MMA


Crédito: Thiago Dias

QUADRO 8.A
TRILHA AMAZÔNIA ATLÂNTICA

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Cicloturismo, Caminhadas, Rotas Peregrinas e Equestre

BIOMA(S)
Amazônia

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
PA

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
468 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
400 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
17

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
06

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.165, de 1 de outubro de 2024

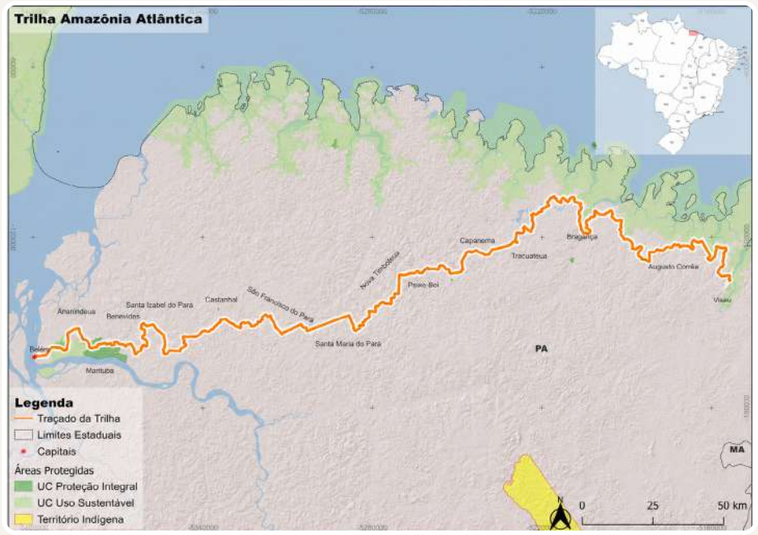
SITE OFICIAL
www.trilhaamazoniaatlantica.com.br

INSTAGRAM
@trilhaamazoniaatlantica

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE Utinga; REVIS Metrópole da Amazônia

Uso Sustentável: APA da Região Metropolitana de Belém; RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu; RESEX Marinha de Araí-Peroba; RESEX Marinha de Gurupi-Piriá



Fonte: MMA


Crédito: Erasmo Ballot

QUADRO 9.A
CAMINHO DA FÉ

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG - SP

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
2.500 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
2.000 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
76

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
11

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.328, de 19 de fevereiro de 2025

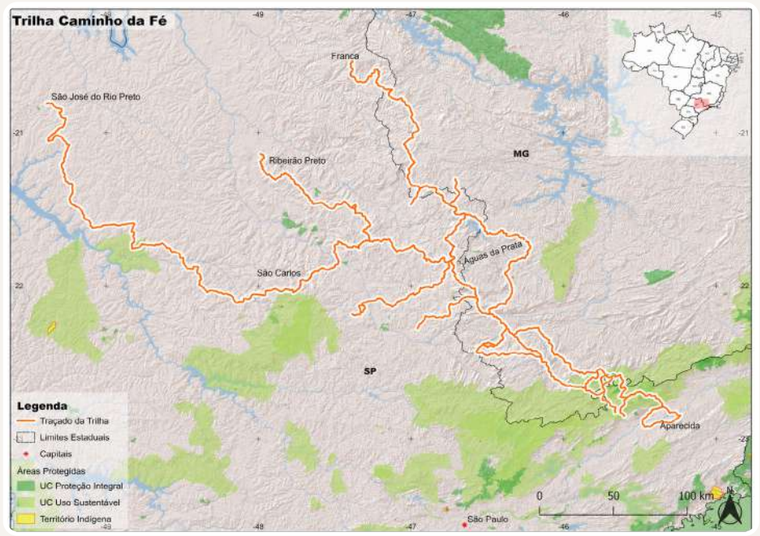
SITE OFICIAL
www.caminhodafe.com.br

INSTAGRAM
@caminhodafeassociacao

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE Águas da Prata; PE Campos do Jordão; PE Porto Ferreira; Estação Ecológica Mata do Jacaré

Uso Sustentável: APA Sapucaí-Mirim; APA de Campos do Jordão; APA Bacia do Rio Paraíba do Sul; APA Serra da Mantiqueira; APA Ibitinga; APA Fernão Dias; ARIE Buriti de Vassununga



Fonte: MMA


Crédito: Júlio Itacaramby

QUADRO 10.A

CAMINHO DOS VEADEIROS

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
GO

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
1.117 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
784 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
07

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
15

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.321, de 14 de fevereiro de 2025

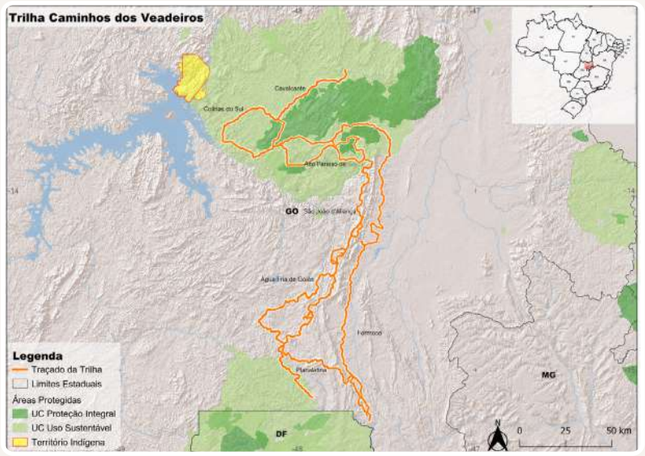
SITE OFICIAL
www.caminhodosveadeiros.com.br

INSTAGRAM
@caminhodosveadeiros

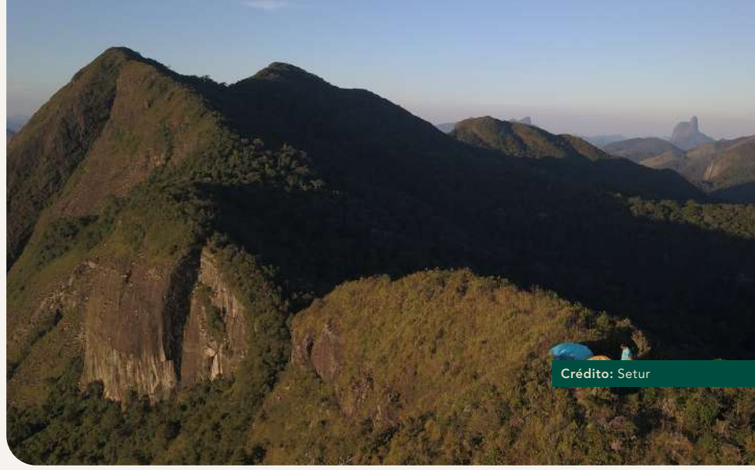
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PN Chapada dos Veadeiros; PE Águas do Paraíso; PM Itiquira; PM da Usina; PM do Lavapés

Uso Sustentável: APA Planalto Central; APA Pouso Alto; RPPN Reserva Bellatrix; RPPN Santuário das Pedras; RPPN Beija Flor; RPPN Mimosa; RPPN Mata Funda; RPPN Terra do Segredo; RPPN Avá-Canoeiro; RPPN Ponte de Pedra; RPPN Recanto do Arco-Íris; RPPN Água Santa.



Fonte: MMA


Crédito: Setur

QUADRO 11.A

CAMINHOS DE TRAJANO DE MORAES

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada; Bike; Corredores de Montanha; Voo Livre; Parapente.

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
150 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
47 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
01

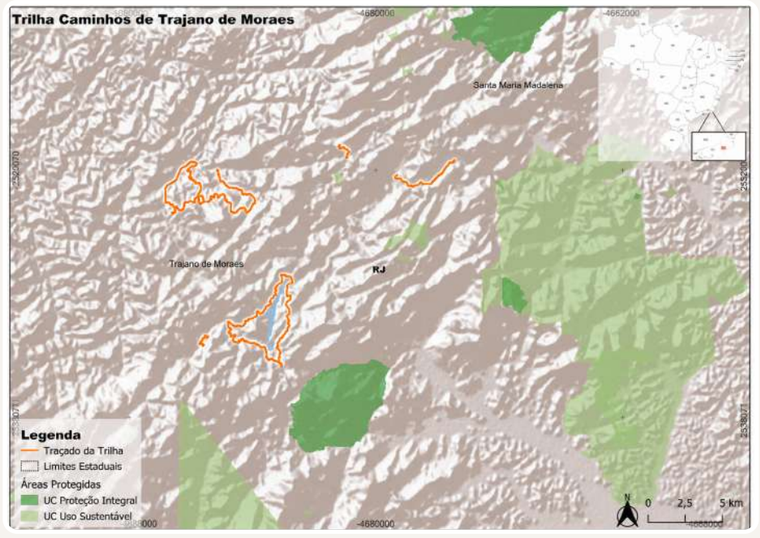
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.322, de 14 de fevereiro de 2025

SITE OFICIAL
www.caminhosdetrajanodemoraes.plugtecnologia.com.br/

INSTAGRAM
@caminhosdetrajanodemoraes

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Uso Sustentável: FLOE José Zago



Fonte: MMA


Crédito: Márcio Bittencourt

QUADRO 12.A

CAMINHOS DO XIXÁ

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada, Bike, Rotas Peregrinas

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
GO

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
160 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
160 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
04

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
04

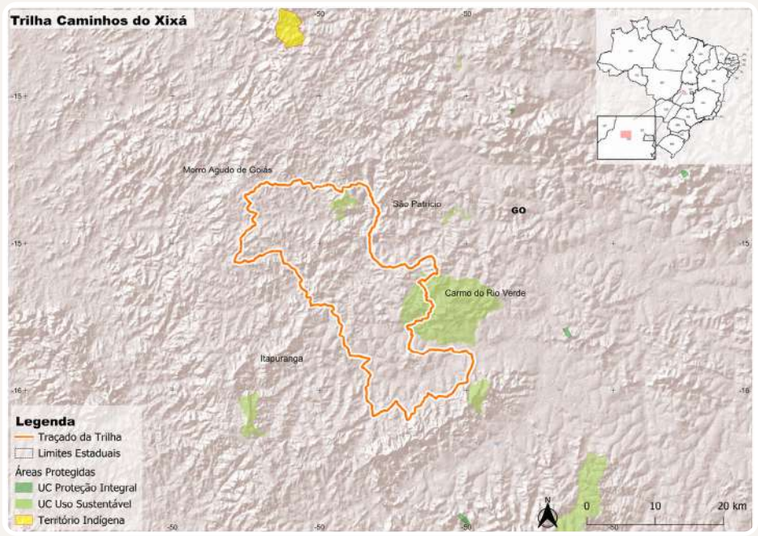
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.325, de 19 de fevereiro de 2025

SITE OFICIAL
www.itapuranga.go.gov.br/caminhosdoxixa

INSTAGRAM
@caminhosdoxixa

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PM da Represa Milton Camilo de Faria
Uso Sustentável: APA Serra do Gigante; APA Olhos D'Água; APA do Carmo do Rio Verde



Fonte: MMA


Crédito: SEGOV/Jaboticatubas

QUADRO 13.A

BIKE TRILHA CIPÓ-JABÓ

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
311 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
25 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
02

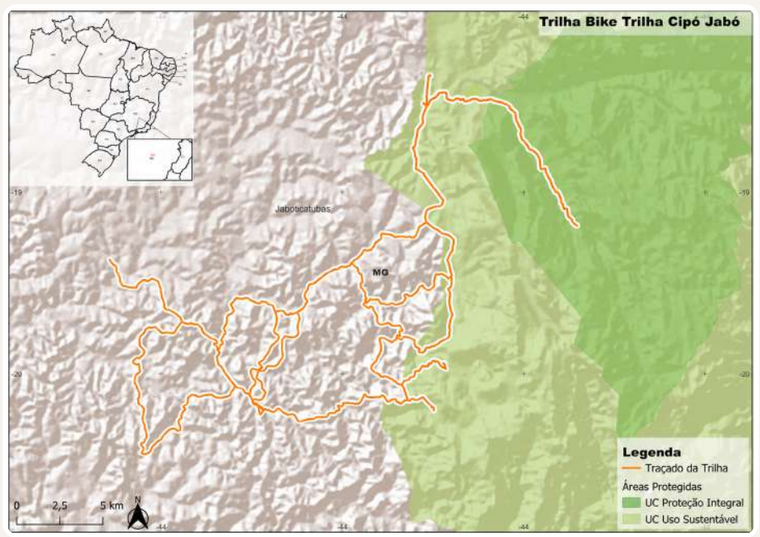
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.326, de 19 de fevereiro de 2025

SITE OFICIAL
www.jaboticatubas.mg.gov.br

INSTAGRAM
@jaboticatubasoficial

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA da Serra do Cipó
Uso Sustentável: APA Morro da Pedreira



Fonte: MMA


Crédito: Luciano Amador

QUADRO 14.A
CAMINHO SAINT-HILAIRE

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada, Bike e Equestre

BIOMA(S)
Cerrado, Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
201 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
201 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
04

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
04

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.370, de 14 de abril de 2025

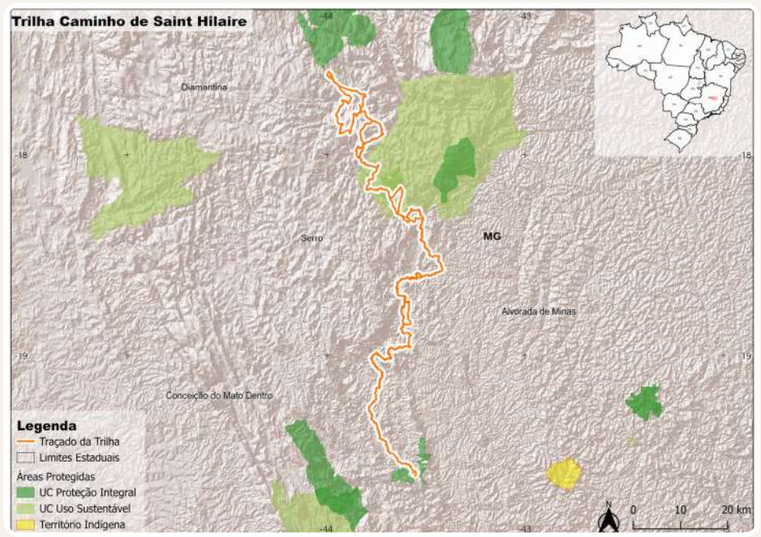
SITE OFICIAL
www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/caminho-saint-hilaire

INSTAGRAM
@caminho.saint.hilaire

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: MONA Várzea do Lajeado e Serra do Raio

Uso Sustentável: APA das Águas Vertentes; RPPN Terra do Sol; RPPN Terra da Unidade



Fonte: MMA


Crédito: Katie Weintraub

QUADRO 15.A
CAMINHO DO RECÔNCAVO DA GUANABARA

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada, Bike, Corrida de Montanha.

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
110 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
-

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
12

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
12

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.371, de 15 de abril de 2025

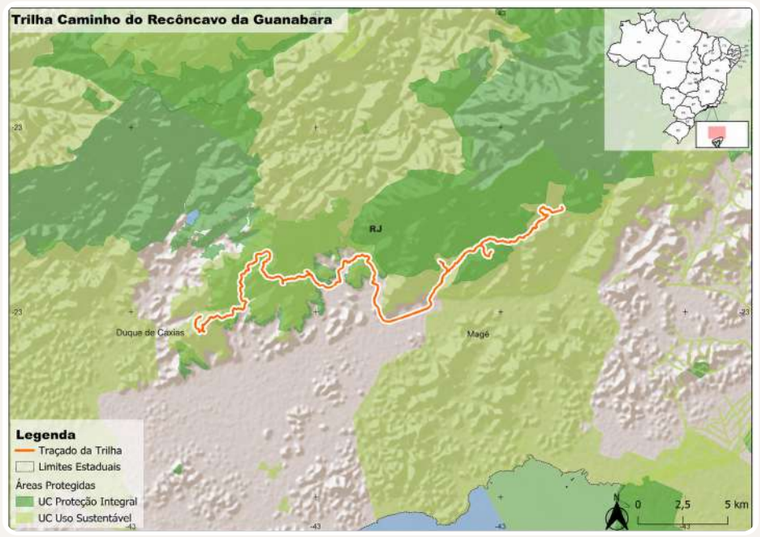
SITE OFICIAL
www.sinaldovale.org/pt/guanabarabaytrail

INSTAGRAM
@reconcavo.da.guanabara

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PN da Serra dos Órgãos; PE dos Três Picos; PNM da Taquara; REVIS do Sucavão; REVIS Serra da Estrela

Uso Sustentável: APA Petrópolis; APA Municipal de Suruí; APA Municipal Guapi-Guapiaçu; APA do Vale da Estrela; RDS Véu da Noiva; Reserva Ecovila El Nagual; Reserva Ecológica de Guapiaçu



Fonte: MMA


Crédito: Cristiane Bossoni

QUADRO 16.A

CAMINHOS DA BALEIA FRANCA

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
SC

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
172 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
50 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
09

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
01

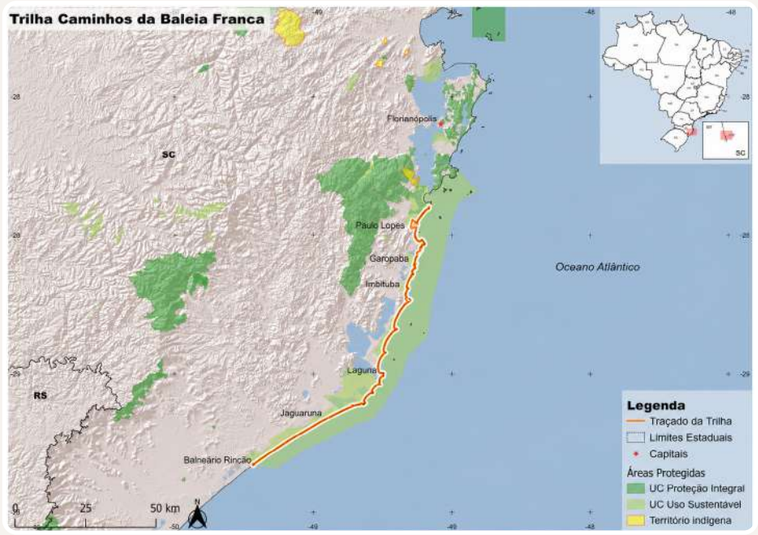
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.372, de 22 de abril de 2025

SITE OFICIAL
www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/caminhos-da-baleia-franca

INSTAGRAM
@caminhosdabaleiafranca_oficial

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Uso Sustentável: APA Baleia Franca



Fonte: MMA


Crédito: André Debert

QUADRO 17.A

TRILHA NACIONAL TRANSESPINHAÇO

CATEGORIA
Trilha Nacional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
1.280 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
778 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
40

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
44

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.373, de 22 de abril de 2025

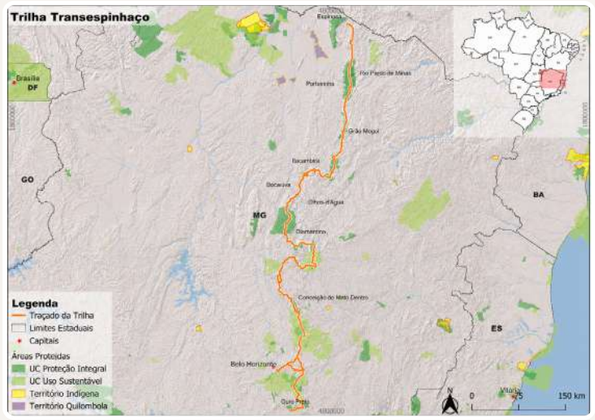
SITE OFICIAL
Não disponível

INSTAGRAM
@trilhatransespinhaco

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA da Serra da Gandarela; PARNA da Serra do Cipó; PARNA das Sempre Vivas; PE da Serra do Cipó; PE Serra do Ouro Branco; PE do Itacolomi; PE da Serra do Cipó; PE Serra do Intendente; PE do Pico do Itambé; PE do Rio Preto; PE do Biribiri; PE de Botumirim; PE de Grão Mogol; PE de Serra Nova e Talhado; PFE da Baleia; PNM Cachoeira das Andorinhas; PM das Mangabeiras; PNM do Tabuleiro; MONA Estadual de Itatiaia; MONA Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio.

Uso Sustentável: APA Federal Morro da Pedreira; APA Estadual Águas Vertentes; APA Estadual Cachoeira das Andorinhas; APA Estadual Sul RMBH; APA Municipal Águas da Serra da Piedade; APA Municipal Aliança; APA Municipal Barão e Capivara; APA Municipal da Serra Talhada; APA Municipal Itacuru; APA Municipal Rio Manso; APA Municipal Serra de Minas; APA Serra do Intendente; FLOE do Uaimii; RPPN Albert Scharle; RPPN Diadorim; RPPN Fazenda Campos de São Domingos; RPPN Fazenda Córrego Acima; RPPN Fazenda do Arrenegado; RPPN Fazenda do Capivary; RPPN Fazenda Nascer; RPPN Lua Branca; RPPN Luiz Carlos Jurovsk Tamassia; RPPN Quinta dos Cedros; RPPN Relicário da Serra; RPPN Sítio Mata da Cruz.



Fonte: MMA


Crédito: Thiago Beraldo

QUADRO 18.A

CAMINHOS DA IBIAPABA

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Caatinga
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
CE - PI

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
164 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
164 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
06

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
03

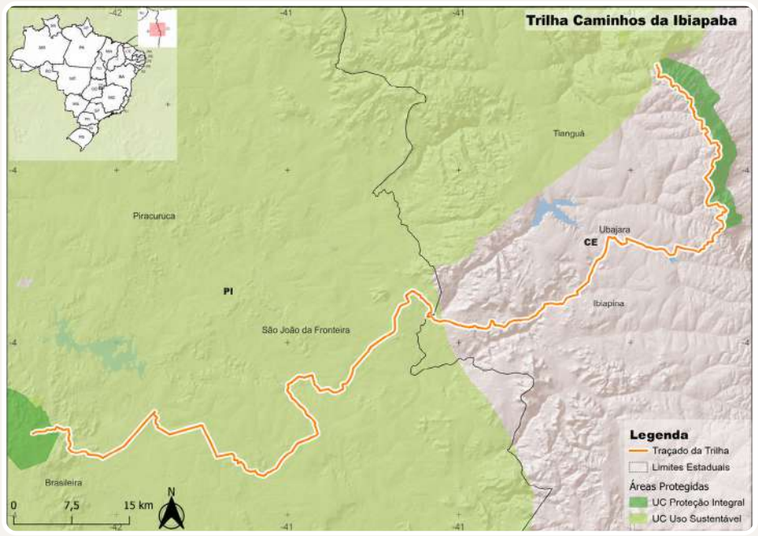
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.374, de 22 de abril de 2025

SITE OFICIAL
Não disponível

INSTAGRAM
@trilhacaminhos_da_ibiapaba

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA de Sete Cidades; PARNA de Ubajara
Uso Sustentável: APA Serra da Ibiapaba



Fonte: MMA


Crédito: Tarcísio Cunha

QUADRO 19.A

VOLTA DA ILHA GRANDE

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica
Zona Marinha
e Costeira

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
RJ

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
76 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
76 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
04

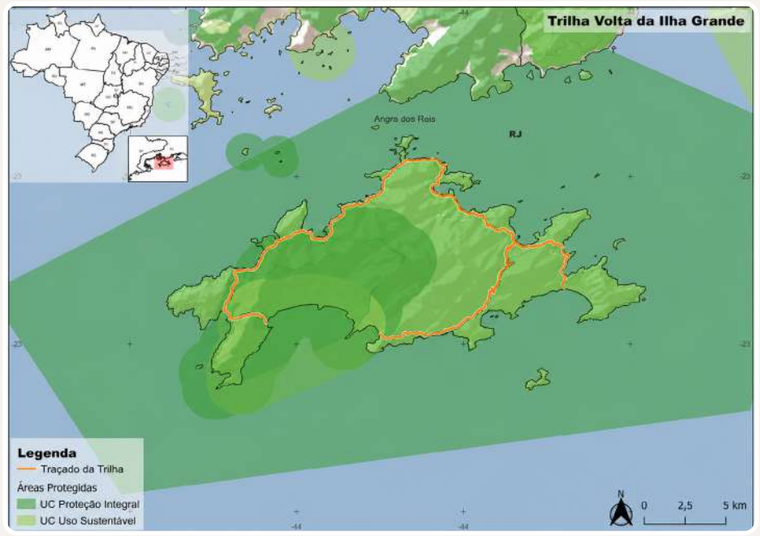
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.388, de 12 de maio de 2025

SITE OFICIAL
Não disponível

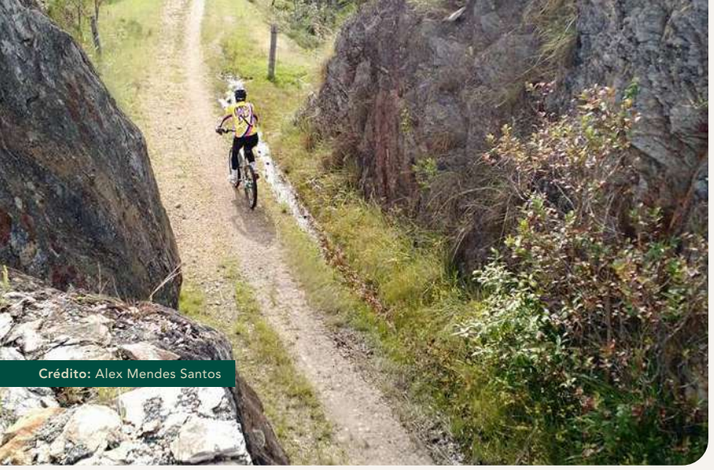
INSTAGRAM
@volta.da.ilha.grande

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PE da Ilha Grande; REBIO Estadual da Praia do Sul
Uso Sustentável: APA de Tamoios; RDS do Aventureiro



Fonte: MMA


Crédito: Alex Mendes Santos

QUADRO 20.A

TRILHA VERDE DA MARIA FUMAÇA

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada
e Bike

BIOMA(S)
Cerrado
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
92 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
92 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
03

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
02

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA
Nº 1.432, de 2 de
julho de 2025

SITE OFICIAL
www.trilhaverdedamariafumaca.com.br

INSTAGRAM
@trilhaverdemariafumaca

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Uso Sustentável: APA Municipal Barão e Capivara; APA Municipal Valo Fundo
Outras Áreas Protegidas: 01 Reserva Pau de Fruta



Fonte: MMA


Crédito: Caminhantes do Caparaó

QUADRO 21.A

TRILHA BRIGADEIRO-CAPARAÓ

CATEGORIA
Trilha
Regional

MODAL(IS)
Caminhada

BIOMA(S)
Mata Atlântica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
MG

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
250 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
25 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
08

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
02

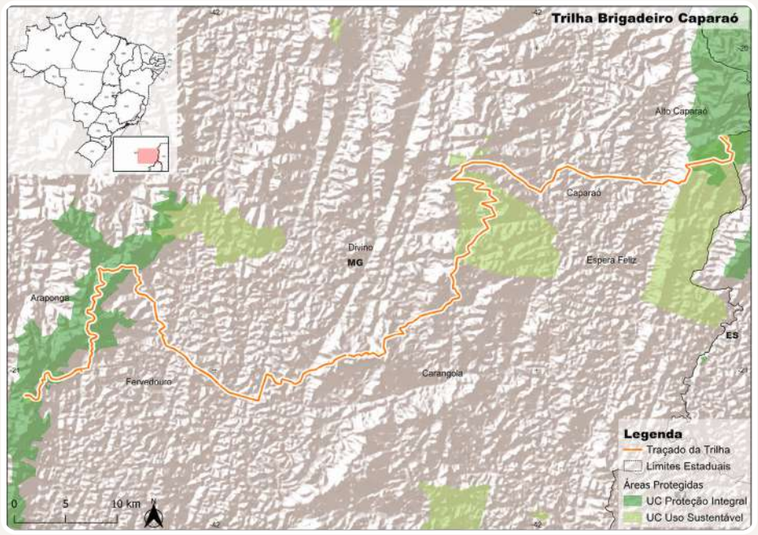
ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA
Nº 1.483, de 9 de
outubro de 2025

SITE OFICIAL
www.redetrilhas.org.br/w3/index.php/as-trilhas/as-trilhas-da-rede/trilha-regional/trilha-brigadeiro-caparao

INSTAGRAM
@trilhabrigadeirocaparao

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA do Caparaó; PE da Serra do Brigadeiro



Fonte: MMA



Crédito: João Lino

QUADRO 22.A

TRILHA CAMINHO DE SANTANA

CATEGORIA
Trilha Regional

MODAL(IS)
Caminhada e Bike

BIOMA(S)
Cerrado

UNIDADES DA FEDERAÇÃO ABRANGIDAS
GO

EXTENSÃO TOTAL PLANEJADA
78 km

EXTENSÃO IMPLEMENTADA
72 km

Nº DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
01

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS
11

ATO DE RECONHECIMENTO
Portaria GM/MMA Nº 1.541, de 23 de dezembro de 2025

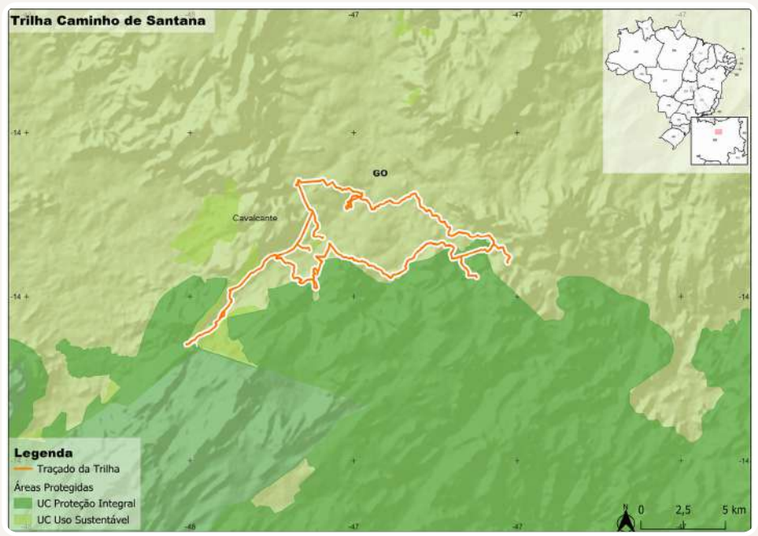
SITE OFICIAL
www.caminhodesantana.com.br

INSTAGRAM
@caminhodesantana

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ABRANGIDAS

Proteção Integral: PARNA da Chapada dos Veadeiros; PNM do Lavapés

Uso Sustentável: APA Estadual do Pouso Alto; RPPN Bacupari; RPPN Vale das Araras; RPPN Integra Parque; RPPN São Bartolomeu; RPPN Maria Batista; RPPN Ponte de Pedra; RPPN Água Santa; RPPN Recanto do Arco-íris



Fonte: MMA

PARQUE NACIONAL DE SETE CIDADES
Piracuruca - PI

Crédito: ICMBIO

ANEXO

B

TRILHAS EM PROCESSO DE ADESÃO À **REDETRILHAS**



CAMINHOS DE TRAJANO DE MORAES
Rio de Janeiro

Crédito: Setur/Trajano de Moraes

14 TRILHAS EM PROCESSO DE ADESÃO 5.250 KM DE EXTENSÃO PROJETADA

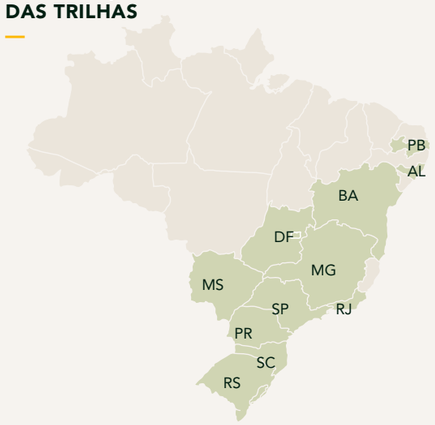
14
TRILHAS

EXTENSÃO PROJETADA
5.250 km

213
MUNICÍPIOS

135
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO DAS TRILHAS



DISTRIBUIÇÃO POR BIOMA

- MATA ATLÂNTICA **8**
- CAATINGA **3**
- CERRADO **4**
- PAMPA **2**
- PANTANAL **1**

NOME DA TRILHA	EXTENSÃO PROJETADA	BIOMA	UF	Nº MUNICÍPIOS	Nº UCS	STATUS
Caminhos do Bom Jesus	426	Caatinga	BA	13	0	Aprovada Fase 1
Caminho das Ararunas	101	Caatinga	PB	03	05	Aprovada Fase 1
Caminhos do Peabiru	1.500	Mata Atlântica	PR	84	64	Aprovada Fase 1
Trilha do Visgueiro	20	Mata Atlântica	AL	01	0	Aprovada Fase 1
Caminhos do Planalto Central	400	Cerrado	DF	N/A	21	Aprovada Fase 1
Caminho do Corredor Ecológico da Quarta Colônia	250	Mata Atlântica, Pampa	RS	12	06	Aprovada Fase 1
Trilha da Grande Reserva da Mata Atlântica	387	Mata Atlântica	PR, SC, SP	60	12	Aprovada Fase 1
Trilha CoróTurna Trilha da Cachoeira	57,7	Cerrado	MG	01	0	Aprovada Fase 1
Rota da Madeira	36,5	Mata Atlântica	SP	01	04	Aprovada Fase 1
Travessia Lapinha x Tabuleiro	22	Cerrado; Mata Atlântica	MG	02	07	Aprovada Fase 1
Volta das Águas de Rio Claro	310	Mata Atlântica	RJ	01	09	Aprovada Fase 1
Caminhos de Rosa	1700	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica	BA, MG	30	03	Em análise - Fase 1
Travessia Guadakan	80	Pantanal	MS	01	03	Aprovada Fase 1
Caminhos do Pampa	360	Pampa	RS	04	01	Aprovada Fase 1

Fonte: MMA



Crédito: Caminhantes do Caparaó

APOIO:

gef Áreas Privadas

gef

ONU programa para o meio ambiente

IIS

REALIZAÇÃO:

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

MINISTÉRIO DO **TURISMO**

MINISTÉRIO DO **MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

GOVERNO DO BRASIL

DO LADO DO POVO BRASILEIRO